

**DECRETO Nº 10.880**  
**DE 24 DE JULHO DE 2025**

***CRIA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA E DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, O COMITÊ TÉCNICO DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA DE SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica criado o Comitê Técnico de Saúde da População Negra de Santos.

**Art. 2º** O Comitê de que trata este decreto terá por objetivos:

**I** – fomentar a equidade racial na área da saúde, por meio de ações de prevenção, de promoção e de atenção à saúde, de acordo com as políticas nacionais de saúde e com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

**II** – estabelecer diretrizes para a inclusão no plano municipal de saúde para o fortalecimento da PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com vistas a garantir equidade racial nas ações de saúde em todas as fases da vida;

**III** – desenvolver, monitorar e avaliar políticas, ações e estratégias realizadas no âmbito da PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;

**IV** – incentivar e apoiar a implementação das comissões técnicas de saúde da população negra em outros municípios da região junto ao DRS-IV – Departamento Regional de Saúde da Baixada Santista, uma vez que o Município de Santos

passa a ser o precursor, diante da adesão à proposta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS 18) – Igualdade Étnico-Racial;

**V** – fomentar, acompanhar e participar das pesquisas e redes de pesquisadoras e pesquisadores que tenham por objeto as ações e as estratégias da PNSIPN, Equidade Saúde e Iniquidades em Saúde;

**VI** – propor critérios para ações que visem à promoção da equidade racial e ao enfrentamento do racismo nos diferentes níveis de atenção à saúde do SUS, a partir das propostas aprovadas do Eixo “Equidade na Saúde e saúde nas populações específicas” durante a 14ª Conferência Municipal de Saúde de Santos – CONFMSS e a 5ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CONFMSTT que foram realizadas nos dias 26 e 27 de abril de 2024;

**VII** – reunir subsídios técnicos sobre saúde da população negra para constar na elaboração e na implementação do Plano Municipal de Saúde por ser obrigatório o planejamento e como marco regulatório no artigo 3º da Portaria GM/MS nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 e no Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS e do Plano Plurianual, dentre outros instrumentos de gestão governamental;

**VIII** – propor estratégias de intervenção intergovernamental, com foco na redução das iniquidades étnico-raciais e no enfrentamento do racismo institucional na saúde, em consideração aos indicadores sociais, referências e prazos relacionados a cada setor governamental;

**IX** – participar de iniciativas interinstitucionais relacionadas à saúde da população negra que colaborem para promover a articulação com órgãos e entidades públicas para consolidar as ações do governo de adesão à proposta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS 18) – Igualdade Étnico-Racial;

**X** – fomentar a vigilância epidemiológica em saúde da população negra em todas as instâncias federativas do SUS: União, os Estados e os Municípios, sendo a gestão do sistema de saúde participativa entre esses três entes;

**XI** – fomentar a formação e a educação permanente dos trabalhadores e das trabalhadoras dos serviços públicos de saúde, segundo os princípios e as diretrizes da PNSIPN e em articulação com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS, por meio da Portaria nº 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004, com vistas a garantir a prestação de atenção à saúde qualificada e humanizada da população negra;

**XII** – propor a pactuação das estratégias de intervenção aos órgãos colegiados do SUS: instâncias de participação e controle social que envolvem representantes do governo, usuários, profissionais de saúde e prestadores de serviços;

**XIII** – propor diretrizes de comunicação interinstitucional e interministerial com vistas a reduzir o racismo institucional e as práticas discriminatórias nas instituições públicas e privadas de saúde;

**XIV** – elaborar relatório anual das atividades realizadas;

**XV** – construir ações conjuntas de educação permanente em saúde para colaborar com a formação de gestoras, gestores, trabalhadoras e trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde, referentes à temática “Saúde Integral da População Negra” e orientação técnica para a produção de material para munícipes;

**XVI** – realizar ao menos um evento por mandato, cujo tema seja a Saúde Integral da População Negra.

**Art. 3º** O Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra de Santos será composto pelos seguintes membros:

**I** – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;

**II** – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e de Promoção da Igualdade Racial;

**III** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, da área de Atenção Primária;

**IV** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, da área de Média e Alta Complexidade;

**V** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, da área de Vigilância Epidemiológica;

**VI** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, da área de Saúde Mental;

**VII** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, da Escola da Saúde;

**VIII** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, do Fórum Municipal de Acompanhamento da Aplicação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008;

**IX** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Mulher, da Cidadania, da Diversidade e dos Direitos Humanos;

**X** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop);

**XI** – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – Legislação Urbanística.

§ 1º A nomeação das representações relacionadas neste artigo e seus respectivos suplentes dar-se-á por portaria das correspondentes pastas, por competência, para mandato com duração de 02 (dois) anos, admitida uma renovação.

§ 2º Cada representante do Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra de Santos terá suplente que o substituirá em sua ausência e em seu impedimento.

§ 3º Visando a eficácia de suas atribuições, o Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra de Santos poderá instituir formalmente, Grupos de Trabalho por tempo determinado, que tratem de questões específicas relacionadas à saúde da população negra, promovendo convites, sempre que necessários a profissionais e representantes de Universidades, Centro de Pesquisa, Organizações Não Governamentais e outros que possam colaborar com o desenvolvimento das ações conjuntas.

§ 4º Fica facultada, para que possam colaborar nas atividades para produção de relatórios oficiais com observância das metodologias de equidade acordadas, a integração ao corpo de membros permanentes do Comitê de representantes de universidades públicas e privadas, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil desde que sediadas no Município de Santos, limitada sua quantidade ao mesmo número dos órgãos mencionados nos incisos do “caput” deste artigo.

§ 5º A integração dos membros referidos no parágrafo 4º dar-se-á por ato do Prefeito após indicação da Secretaria Executiva do Comitê.

**Art. 4º** O Comitê definirá por meio de seu regimento, a sua forma de funcionamento, a constituição de grupos temáticos permanentes e temporários.

**Art. 5º** O Comitê reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 60 (sessenta) dias ou, extraordinariamente, quando convocada pelo coordenador ou por metade mais um dos seus membros com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

**Parágrafo único.** A convocação será publicada no Diário Oficial de Santos e as reuniões serão abertas ao público.

**Art. 6º** A Secretaria Executiva do Comitê Técnico de Saúde da População Negra de Santos será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e de Promoção da Igualdade Racial.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o apoio administrativo e toda a estrutura necessária ao funcionamento do Comitê.

**Art. 7º** As funções exercidas pelos membros do Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra de Santos não serão remuneradas, a qualquer título, sendo consideradas como de relevante interesse público.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por meio das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente o Decreto nº 7.867, de 05 de setembro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 24 de julho de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de julho de 2025.

**NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS**

*Diretora do Departamento*